



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2014

**MARIA LUÍS
COSTA MARTINS**

**REFLEXOS CRIMINAIS DAS EXPERIÊNCIAS
TRAUMÁTICAS NA INFÂNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense, realizada sob a orientação científica da Doutora Paula Vagos, Professora Auxiliar Convidada, do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

My body is a cage
We take what we're given
Just because you've forgotten
That don't mean you're forgiven

I'm living in an age
That screams my name at night
But when I get to the doorway
There's no one in sight

Set my spirit free
Set my body free

- Arcade Fire

o júri

presidente

Prof. Doutora Sandra Cristina de Oliveira Soares
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Mestre Olindina Alves Graça
Especialista do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.

Prof. Doutora Paula Emanuel Rocha Martins Vagos
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

À Margarida:

Por tudo... E mais alguma coisa! Sem ti teria sido impossível. Obrigada, obrigada, obrigada!

À Daniela:

Por toda a ajuda na busca interminável dos processos, cobertas de pó e espirros, mas sempre dispostas a uma boa gargalhada!
We will always have “U-anda”!

À Sónia:

Por me teres salvo em cima da hora!

À Dra. Olíndina Graça:

Por todo o apoio e disponibilidade prestados, o meu grande e sincero obrigada!

À Professora Paula Vagos:

Por toda a confiança que depositou em mim querendo-me autónoma e já capaz de desbravar caminhos tão difíceis, obrigada!

À minha família:

Melhor que qualquer sketch inventado! Esta vossa pequena “psicológica” prepara-se para correr os “sevens”, e sem o vosso apoio, carinho, amor e cuidado, jamais seria possível. E não se preocupem... eu “folto” já!

Ao Filipe:

In this big, epic movie - everyone is an extra.

À minha Laui:

Porque os últimos são os primeiros e tu vais ser SEMPRE a primeira. Pelos beijinhos. Pelos abraços. Pelos risos. Pelas músicas. Pelas fotos. E especialmente, pelas viagens mágicas e imprescindíveis a Paris, o nosso pequeno refúgio.

Porque há pessoas extraordinárias... E depois há tu.

3 beijinhos.

“... Run, run, run, run, run, run, run awaaaaaaay”

palavras-chave

Experiências traumáticas, abuso sexual, abuso físico, abuso psicológico/emocional, negligência, psicopatia, crime.

resumo

Estudos demonstram que nascemos com uma predisposição para o desenvolvimento de certos traços psicológicos, pois a nossa personalidade assenta numa tríade de factores biológicos, socioculturais e psicológicos. Tal predisposição poderá ser alterada ou intensificada pela presença de abusos na infância. Investigadores apontam que as experiências traumáticas na infância, nomeadamente abusos físicos, sexuais, psicológicos/emocionais e negligência, contribuem para o desenvolvimento de certos traços e perturbações de personalidade, uma das causas de inúmeros comportamentos desviantes.

Uma das perturbações de personalidade que pode ser desenvolvida como consequência dos abusos na infância é a perturbação anti-social, presente na Psicopatia. Neste estudo distinguem-se dois tipos de psicopatas, o “perigoso” e o “bem sucedido”, diferenciados pela gravidade do crime que cometem. O presente estudo tem como objectivo explorar a associação e influência da história de experiências traumáticas na infância sobre as características de personalidade e comportamento criminal, especificando se existem diferenças no tipo de crime cometido em função do tipo de abuso infantil vivenciado e traços de personalidade; e se os traços de personalidade e experiências traumáticas influenciam a relação entre psicopatia e gravidade do crime cometido.

A amostra foi constituída por 102 sujeitos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 17 e os 85 anos ($M=37.62$; $DP=14.63$), dos quais 50 apresentam um historial criminal e de abuso.

Os resultados mostraram que não existem diferenças significativas entre o tipo de abuso experienciado na infância e a existência ou não de violência nos crimes perpetrados na idade adulta, e que pessoas que foram negligenciadas na infância, têm uma maior incidência de crimes de roubo e tráfico de estupefacientes na idade adulta, quando comparadas com pessoas que não foram negligenciadas. Indicaram também que não existe qualquer relação entre a presença de Psicopatia e a gravidade do crime cometido, bem como nenhum efeito preditivo dos traços de personalidade nem nenhum efeito moderador das experiências traumáticas nesta relação.

Concluiu-se igualmente que as pessoas que praticam crimes com violência, pontuam mais alto nos traços Depressão, Psicastenia e Esquizofrenia do que as pessoas que praticam crimes sem violência, e quando isso acontece, aumenta a presença de Psicopatia

keywords

Traumatic experiences, sexual abuse, physical abuse, psychological/emotional abuse, neglect, psychopathy, crime.

abstract

Studies show that we are born with a predisposition to develop certain psychological traits, because our personality is based on a triad of biological, psychological and sociocultural factors. Such disposition may be altered or enhanced by the presence of childhood abuse. Researchers suggest that traumatic experiences in childhood, including physical abuse, sexual abuse, psychological/emotional abuse and neglect, contribute to the development of certain traits and personality disorders, a cause of numerous deviant behavior. One of the personality disorders that may develop as a consequence of childhood abuse is anti-social disorder, present in psychopathy. In this study we distinguish two types of psychopaths, the "dangerous ones" and the "successful ones", differentiated by the severity of the crimes they commit. This study aims to explore the influence and association of traumatic childhood experiences history on personality characteristics and criminal behavior, namely, whether there are differences in the type of crime committed based on the type of child abuse and personality traits; and if personality traits and traumatic experiences influence the relationship between psychopathy and severity of the crime committed.

The sample consisted of 102 male subjects aged 17 to 85 years ($M = 37.62$, $SD = 14.63$), of which 50 have a criminal and abuse history.

The results showed no significant differences between the type of abuse experienced in childhood and the presence of violence on the crimes perpetrated in adulthood; and that people who were neglected in childhood, have a higher incidence of theft crimes and drug trafficking in adulthood, compared with people who were not neglected. Also indicated that there is no relationship between the presence of psychopathy and the seriousness of the crime committed, and no predictive effect of personality traits in this regard, as well no moderating effect of traumatic experiences.

It was also concluded that people who commit crimes with violence, score higher on traits Depression, Schizophrenia and Psychasthenia than the people who commit crimes without violence, and when that happens, the presence of psychopathy increases.

Índice

Índice de Tabelas	ii
Índice de Figuras	iii
Índice de Anexos	iv
Introdução	1
Métodos.....	7
Participantes.....	7
Instrumentos.....	7
Dossiers dos processos institucionais e respectivos relatórios psicológicos.....	7
Checklist de Psicopatia de Hare, Revista (PCL-R).....	9
Escala de gravidade criminal.	11
Análise das Experiências Traumáticas na Infância.....	11
Procedimento.....	12
Resultados	14
Estatística descritiva das variáveis em estudo.....	14
Estatística correlacional das variáveis em estudo	15
Tipo de crime cometido, tipo de abuso sofrido e traços de personalidade.....	16
Psicopatia, gravidade do crime cometido e traços de personalidade.....	19
Psicopatia, gravidade do crime cometido e experiências traumáticas na infância.....	21
Discussão.....	23
Referências Bibliográficas	27

Índice de Tabelas

Tabela 1: Estatística Descritiva das Variáveis em Estudo.....	14
Tabela 2: Estatística Correlacional das Variáveis em Estudo.....	16
Tabela 3: Percentagens de Casos de Experiências Traumáticas na Infância por Tipo de Crime Cometido.....	17
Tabela 4: Percentagens de Experiências Traumáticas Vivenciadas na Infância	18
Tabela 5: Traços de Personalidade e Presença de Crimes Com e Sem Violência.....	18
Tabela 6: Análise do Papel dos Traços de Personalidade na Relação entre Psicopatia e Gravidade Criminal.....	20
Tabela 7: Análise do Papel das Experiências Traumáticas na Infância na Relação entre Psicopatia e Gravidade Criminal	22

Índice de Figuras

Figura 1: Percentagem de Crimes Cometidos e Tipologia dos Mesmos.....	15
Figura 2: Percentagem de Ocorrência de Experiências Traumáticas.....	15
Figura 3: Modelo teórico de análise do papel mediador dos Traços de Personalidade na relação entre Psicopatia e Gravidade do Crime Cometido.....	19
Figura 4: Modelo teórico de análise do papel moderador dos abusos na infância na relação entre psicopatia e gravidade do crime cometido.....	21

Índice de Anexos

Anexo 1: Entrevista	A
Anexo 2: Mini-Mult.....	H
Anexo 3: PCL-R.....	N

Introdução

A personalidade é formada por uma tríade de interação entre os fatores biológicos, socioculturais e psicológicos de cada um (Block, 1993). Essa tríade constitui a base que determina os nossos padrões de pensar, agir e sentir, e deste modo, necessita de ressoar, de se fazer ouvir, algo que é feito através do meio social, onde todos nós coexistimos, possibilitando assim, a interação entre os indivíduos. A formação da personalidade é um processo gradual, complexo e único a cada indivíduo, moldado através das experiências de cada um (Dweck, 2008).

De Freud a Eysenk, passando por Bandura e Piaget, existem várias teorias que explicam a formação da personalidade. Todas elas afirmam que esta é um continuum ao longo do crescimento e que é durante a primeira infância que se encontram os principais elementos para a sua constituição. Segundo Allport (1966), a personalidade é definida por traços - padrões consistentes de experiências e ações, evidentes em várias situações ou contextos. Os traços de personalidade revelam ser uma tendência relativamente estável devido ao seu carácter constante, podendo mudar através da interação que cada sujeito mantém com o seu meio social (Sisto & Oliveira, 2007), e através da influência de certos aspetos motivacionais, afetivos, comportamentais e atitudinais experienciados por cada um (Costa & McCrae 1988).

O Modelo dos Cinco Grandes Factores (CGF), ou Big Five como é comumente referido, foi desenvolvido tendo por base o conceito de traço de personalidade. Este modelo pretende compreender a personalidade através de cinco traços, capazes de retratar e descrever elementos importantes do conjunto de condutas de cada sujeito, representando assim, uma exposição simples e económica da personalidade de cada um (Braz, 2011).

Fazem parte deste modelo os seguintes fatores: Extroversão, que se refere à tendência para procurar diversos estímulos e a companhia dos outros; Socialização, alusiva à tendência para a empatia e a cooperação; Realização, respeitante à tendência para mostrar disciplina e corresponder ao que é pedido/esperado do indivíduo, ter um comportamento planeado em vez de espontâneo; Estabilidade Emocional ou Neuroticismo, referente à tendência para experimentar emoções desagradáveis facilmente; e Abertura para Novas Experiências, concernente à tendência para apreciar arte, emoções, aventura, ter ideias pouco usuais, ser curioso. Cada fator representa um continuum onde cada sujeito se posiciona, e a constatação dos mesmos fatores em diferentes processos de avaliação, sejam entrevistas, ou diferentes instrumentos, sustenta que estes sejam marcos relevantes da personalidade em culturas

diversas (Schultz & Schultz, 2002), ainda que a pontuação alta em qualquer um destes fatores não exprima necessariamente uma patologia (Silva & Nakano, 2011).

Os investigadores que defendem o modelo dos CGF argumentam que as condições propostas por este modelo se encontram virtualmente presentes em todos os instrumentos de personalidade (Sancineto S. Nunes, 2000), pois a análise fatorial dos principais instrumentos de avaliação de personalidade revela soluções compatíveis com o modelo dos CGF (Silva & Nakano, 2011). O Questionário dos 16 Fatores de Personalidade (16-PF), o Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota (MMPI) - e conseqüentemente o Mini-Mult -, a escala de Necessidades de Murray, o California Q – Set e as escalas de Comrey são alguns exemplos de questionários e inventários de personalidade alicerçados neste modelo (Sancineto S. Nunes, 2000). O MMPI em particular, surgiu da necessidade de ser criado um teste que avaliasse não só os aspetos da personalidade normal, como os vários aspetos da personalidade patológica (Hathaway & McKinley, 1943). Ainda que não sendo baseado em nenhuma teoria específica - o que fez com que o teste capturasse aspetos da psicopatologia humana que são reconhecidamente importantes, apesar das mudanças nas teorias clínicas – as suas escalas têm bases teóricas, sendo a mais evidente, a do modelo dos CGF (Butcher, Dahlstrom, Graham, Tellegen & Kaemmer, 1989). Uma das escalas avaliadas pelo MMPI que merece destaque pela sua relevância neste estudo, diz respeito ao desvio psicopático. A obtenção de um score alto nesta escala não delata necessariamente psicopatia, mas sim uma tendência para a rebelião, para o hedonismo e para responder aos impulsos (Hathaway & McKinley, 1983).

Estudos indicam que a psicopatia se manifesta através de condutas resultantes de fatores biológicos e da personalidade, relacionados com antecedentes familiares e fatores ambientais genéticos, neuroquímicos, psicológicos, sociológicos e psicofisiológicos que, apesar de não serem decisivos, contribuem para o desenvolvimento da perturbação (Nunes, 2009; Soeiro & Gonçalves, 2010). Existe uma multiplicidade de definições, bem como de critérios de diagnóstico, que caracterizam a psicopatia. Sintetizando, trata-se de um conjunto de características ou traços de personalidade (Hare, Hart, & Harpur, 1991) que surgem desde a infância, agravam-se na adolescência e persistem na idade adulta (Soeiro & Gonçalves, 2010). O psicopata caracteriza-se pela incapacidade de mostrar empatia ou preocupação genuína pelo outro, manipulando-o e usando-o de modo a satisfazer as suas próprias vontades. Deste modo, o psicopata apresenta uma sinceridade superficial, convencendo as suas vítimas da sua motivação para mudar ou da sua inocência. Estes indivíduos são caracterizados como impulsivos, egocêntricos e pouco empáticos, tendo uma grande dificuldade de abstração,

défices na resolução de problemas cognitivos interpessoais, e dificuldade em entender que os outros podem perceber ou pensar de forma diferente da deles (Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009). Segundo Holmes e Holmes (2009) os psicopatas são hedonistas, ou seja, vivem em busca do prazer imediato sem se importar com as consequências ou com quem irão prejudicar no caminho da própria satisfação, e detêm uma fraca tolerância à frustração. Tais características podem tornar o indivíduo mais suscetível a respostas agressivas e violentas (Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009), justificando que a psicopatia e o comportamento delituoso sejam por vezes considerados como conceitos quase indissociáveis (Hare, 1970).

Apesar de nem todos os psicopatas terem contacto com o sistema judicial (Iria & Barbosa, 2008), quando tal acontece, podemos distinguir dois tipos de psicopatas: os “perigosos” e os “bem sucedidos”. A estrutura de personalidade é análoga nos dois tipos, residindo a diferença na gravidade e tipo de crime cometido (Pozueco Romero, Romero Guillena, & Casas Barquero, 2011). Crê-se que os psicopatas “perigosos” cometem crimes considerados graves, isto é, qualquer tipo de crime onde é usada violência. É de extrema importância ter em conta que uma das particularidades que define o psicopata “perigoso” é a sua elevada impulsividade e versatilidade criminal, não se focando num tipo de delito exclusivo (Nunes, 2009). Estes sujeitos costumam utilizar a racionalização e a projeção como mecanismos de defesa inconscientes, interpretando o crime cometido como um acidente ou algo que eventualmente iria acontecer, mencionando terceiros como responsáveis pelos seus atos (Fiorelli & Mangiani, 2010). Por sua vez, os psicopatas “bem sucedidos”, são aqueles que graças ao seu encanto, manipulação e engano, conquistam a confiança da vítima (Pozueco Romero, Romero Guillena, & Casas Barquero, 2011). Identicamente, pode-se atestar que os psicopatas “bem sucedidos” estão melhor adaptados socialmente, o que ajuda a perceber a diferença na tipologia de crimes perpetrados. Habitualmente, este tipo de psicopatas costuma ter um certo estatuto político, social ou empresarial, e praticar, por norma, crimes com uma forte ligação monetária, como os crimes de colarinho branco, roubos, falsificações e fraudes (Kernberg, 1998).

O desenvolvimento de comportamentos delituosos, pode ser igualmente evidenciado em filhos de psicopatas (Nunes, 2009), que podem ou não apresentar características de personalidade coincidente com a psicopatia. Contudo, de acordo com a teoria de aprendizagem social (Bandura, 1977), o facto de disporem de potenciais modelos de imitação aumenta a probabilidade de desenvolverem comportamentos anti-sociais. Se estas crianças também se reverem no agressor, e aprenderem que através da violência adquirem poder e

controle, é mais provável que a imitem (Jaffe, Hurley, & Wolfe, 1990), apoiando deste modo o pressuposto do “ciclo da violência”, que nos diz que violência gera violência. Widom, e Maxfield (2001) propõem um “ciclo da violência” renovado, baseado na premissa de que um historial de abuso e/ou negligência na infância, pode igualmente conduzir a comportamentos criminosos violentos no futuro. Também o modelo “Catalyst” de Ferguson (2008) sustenta o “ciclo da violência”, postulando que, embora os seres humanos possuam um sistema de controle de impulsos nos lobos frontais que inibe a expressão de comportamentos agressivos, o mesmo pode falhar derivado a fatores genéticos e/ou ambientais, como as experiências traumáticas na infância.

Segundo Pereda, Jiménez-Padilla, e Gallardo-Pujol (2011), o historial de experiências traumáticas vividas durante a infância parece aumentar o risco de desenvolver certos traços de personalidade (como traços paranóicos, histriónicos, narcísicos, dependentes e borderline) e/ou perturbações de personalidade (como perturbação anti-social; perturbação anti-social e borderline; perturbação dependente da personalidade e borderline; perturbação obsessivo-compulsiva da personalidade e bordeline). Teorias do desenvolvimento alegam que as experiências traumáticas representam sérios fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos violentos na infância, e que o impacto de tais experiências é um preditor mais forte de comportamentos agressivos na idade adulta, quando comparados a maus-tratos experienciados mais tardiamente (Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009). Um estudo publicado pelo National Institute of Justice (NIJ) concluiu que, crianças submetidas a experiências traumáticas desde a infância até à idade adulta, aumentam em 29% a probabilidade de delinquência na idade adulta (Widom & Maxfield, 2001).

Como possíveis experiências traumáticas na infância, é de referir a negligência e três tipos de abuso (físico, sexual e psicológico/emocional). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002), negligência reporta-se à falha de um ou de ambos os progenitores/cuidadores, quando estes se encontram numa posição para o fazer, em assegurar o desenvolvimento da criança, numa ou mais, das seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, nutrição, abrigo e condições de uma vida segura. Deste modo, a negligência é distinta de circunstâncias de pobreza, pois nessas situações, só ocorre por falta de recursos. Estudos demonstram que a negligência tem um grande peso no desenvolvimento da criança, tanto físico como psicológico, tendo sido demonstrado que quando há negligência infantil, isso afecta o comportamento, as capacidades sociais e a estabilidade emocional da criança, podendo esta desenvolver problemas de atenção Widom, C. S., Maxfield, M. G. (2001)

Enquanto a negligência infantil se pode restringir ao seio familiar, o abuso infantil engloba todos os ambientes da criança (*i.e.*, familiar, escolar ou social), seja ele de natureza física, sexual e/ou psicológica/emocional. O abuso físico é descrito como sendo qualquer tipo de abuso que, de qualquer maneira física, magoe o indivíduo, sendo exemplos disso, lesões resultantes de pontapés, murros e beliscões, queimaduras, cortes, vergastadas, fraturas de ossos, nódoas negras, entre outros (Carroll-Lind, 2006); o abuso sexual ocorre quando existe um contacto sexual não desejado (Simcock, 2000) ou quando um adulto usa uma criança, ou permite que se use uma criança para gratificação sexual (Nunnally & Fields, 1999); o abuso psicológico/emocional, é concretizado por alguém que, por estar numa posição de autoridade, envergonha terceiros, ridicularizando-os, gozando ou berrando com eles, provocando-os, e deixando-os fragilizados (Simcock, 2000).

Carroll-Lind (2006) denotou que quando se comparam os três tipos de abuso, a violência psicológica/emocional, é a mais prevalente; e quando comparada com a violência física, tem um maior impacto nas crianças. Mesmo assim, a violência sexual apresenta um impacto superior, sendo que, vítimas de abuso sexual, têm duas vezes mais probabilidade de experimentar, pelo menos, um episódio violento num relacionamento amoroso futuro (Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009). Também Pereda, Jiménez-Padilla, e Gallardo-Pujol (2011) sugerem que o abuso sexual pode ter implicações na capacidade da vítima se relacionar com o outro, enquanto que em casos de abuso físico, é mais provável o desenvolvimento de um diagnóstico de personalidade anti-social, sem co-morbilidade.

O abuso infantil é, portanto, um importante fator de risco no desenvolvimento de uma larga diversidade de traços ou sintomas de transtornos de personalidade (Pereda, Jiménez-Padilla, & Gallardo-Pujol, 2011). Esses traços, após serem cristalizados, associam-se fortemente à violência, institucionalização, comportamentos destrutivos e criminosos, entre outros (Ruegg & Frances, 1995, citado por Davoglio, Gauer, Jaeger, & Tolotti, 2012). Estes comportamentos criminosos podem, segundo o Código Penal Português, ser agrupados em cinco grandes grupos de crimes: *crimes contra as pessoas*, onde se incluem os crimes contra a vida, contra a vida intra-uterina, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual, a honra, a reserva da vida privada e os crimes contra outros bens jurídicos pessoais; *crimes contra o património*, dos quais fazem parte os crimes contra a propriedade, o património em geral, os direitos patrimoniais e os crimes contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente; *crimes contra a paz, a identidade cultural e a integridade pessoal*, que englobam os crimes contra a paz, a identidade cultural e integridade pessoal e os crimes de disposição comum; *crimes contra a vida em sociedade*, respeitante aos crimes contra a

família, os sentimentos religiosos e o respeito devido aos mortos, os crimes de falsificação, os crimes de perigo comum, os crimes contra a segurança das comunicações e os crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas; e, por fim, *crimes contra o Estado*, onde são incluídos os crimes contra a segurança do Estado, a autoridade pública, a realização da justiça e os crimes cometidos no exercício de funções públicas.

Tendo em conta o anteriormente exposto, este trabalho pretende explorar a associação e influência da história de negligência e/ou abuso infantil sobre as características de personalidade e comportamento criminal. A revisão de literatura refere que existem, de facto, diferenças nos traços de personalidade em função da presença ou não de abuso e/ou negligência e do tipo de experiência traumática sofrida. Menciona igualmente que crianças abusadas e/ou negligenciadas têm mais propensão a um estilo de vida criminoso quando comparadas com crianças não abusadas e/ou negligenciadas. No sentido de alargar esta investigação e de colmatar o hiato existente, verificar-se-á se a gravidade e o tipo de crime cometido na idade adulta são influenciados pelas experiências traumáticas na infância, hipotetizando que, efetivamente o são (Hipótese 1). Neste estudo faz-se a distinção entre dois tipos de psicopatas: o “perigoso” e o “bem sucedido”. É consensual que existem certas características análogas a todos os tipos de psicopatas. Porém, os psicopatas “perigosos” e “bem-sucedidos” possuem traços de personalidade distintos (Soeiro & Gonçalves, 2010), dando a entender que também os traços de personalidade podem influenciar a gravidade do crime cometido. Mostrar quais os traços de personalidade presentes na psicopatia e se os mesmo tem um efeito preditivo na gravidade do crime cometido pelo psicopata, foi um dos propósitos deste estudo, bem como, provar que a dissemelhança entre os dois tipos de psicopatas indicados se baseia na premissa de que o psicopata “perigoso” sofreu abusos na infância (Hipótese 2); algo que poderá trazer novos esclarecimentos à literatura existente. Hipotetiza-se também que a diferença da gravidade do crime cometido pelo psicopata, reside no facto de os psicopatas que cometem crimes mais graves (psicopatas “perigosos”) terem sofrido experiências traumáticas na infância, ao invés dos psicopatas “bem sucedidos” que não terão sido sujeitos a experiências de abuso infantil e/ou negligência (Hipótese 3).

Métodos

Participantes

Participaram neste estudo 102 sujeitos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 17 e os 85 anos ($M=37.62$; $DP=14.63$), na sua maioria de nacionalidade portuguesa (95,1%). Quanto à naturalidade, 80.4% dos respondentes são naturais da região Centro, 3% da região Norte, 1% da região Sul, 2% da Região Autónoma dos Açores e Madeira e 13,7% do Estrangeiro. No que respeita ao grau de escolaridade, a maioria possui habilitações literárias até ao 1º ciclo (34,3%), seguindo-se o 2 e 3º ciclo (33,3%), ensino superior (19,6%) e ensino secundário (12,7%). Relativamente ao estado civil, 61,8% são solteiros, 17,6% são casados, 11,8% são divorciados, 5,9% viúvos e 2,9% estão em união de facto.

Instrumentos

Tendo em conta os objetivos deste trabalho, procedeu-se à consulta dos processos institucionais e respetivos relatórios psicológicos, incluindo a entrevista semiestruturada (Anexo 1) e Mini-Mult (Anexo 2) aplicado à pessoa em questão, fornecidos pela Direção do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. de seguida, foi aplicada a *Checklist* de Psicopatia de Hare (PCL-R; Anexo 3). O comportamento criminoso do participante foi igualmente analisado, resultando numa escala de gravidade criminal definida para o presente trabalho.

Dossiers dos processos institucionais e respetivos relatórios psicológicos.

Este instrumento permitiu fazer a seleção, por exclusão (cf. Procedimento), dos sujeitos que constituíram a amostra. Permitiu, igualmente, e após a seleção, aceder ao Mini-Mult de cada indivíduo e à informação recolhida através da entrevista semiestruturada, indispensável para a realização da PCL-R e para concluir se houve ou não abuso físico, sexual e/ou psicológico/emocional, bem como negligência na infância, pois contem esclarecimentos sobre a história de cada indivíduo, possíveis acontecimentos marcantes e possível percurso criminal.

a) Entrevista.

A entrevista contempla dois momentos. Numa fase inicial, é estabelecido um primeiro contacto com os sujeitos no sentido de avaliar a sua história de vida, desde o nascimento até à sua situação atual, de forma a ter conhecimento sobre as possíveis experiências traumáticas que vivenciaram na infância e compreendê-los de acordo com o seu desenvolvimento pessoal. Num segundo momento, a entrevista foca-se no possível percurso criminal do entrevistado,

tendo em conta as questões necessárias para a recolha de informação necessária à cotação da PCL-R.

b) Mini-Mult.

O Mini-Mult, é um teste de personalidade que consiste numa versão reduzida do MMPI (Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota) de Hathaway & McKinley, (1943), tendo sido desenvolvido e validado por Kincannon (1968). Ambos os instrumentos podem ser aplicados a indivíduos do sexo masculino e feminino, acima dos 16 anos de idade. Para esta versão foram selecionados 71 itens como representativos das escalas do MMPI.

Tanto o MMPI como o Mini-Mult, são utilizados para descrever traços de personalidade específicos (Butcher, Dahlstrom, Graham, Tellegen & Kaemmer, 1989), tendo como objetivo, a exploração dos diferentes aspetos da personalidade normal e patológica (Lopes, Barreira, & Pires, 2001), isto é, avaliar de um modo geral, o funcionamento do sujeito. Contudo, o Mini-Mult apresenta algumas vantagens em relação ao MMPI: beneficia de um menor número de itens (567 itens no MMPI vs 71 itens no Mini-Mult) e, conseqüentemente, de uma diminuição no tempo de aplicação do mesmo, para cerca de 10 minutos. Concludentemente, apresenta menos escalas clínicas e não tem escalas de conteúdo, tipicamente usadas para complementar ou confirmar a informação dada pelas escalas clínicas.

O instrumento é constituído por três escalas de validade, mentira (L), validade (F) e correção (K), e oito escalas clínicas, Hipocondria (Hs), Depressão (D), Histeria (Hy), Desvio Psicopático (Pd), Paranóia (Pa), Psicastenia (Pt), Esquizofrenia (Sc) e Hipomania (Ma). A cotação destas escalas resulta na elaboração de um gráfico que aponta para a normalidade (entre o valor de pontuação (T) 50 a T70) ou a existência de patologia (acima de T70) (Lopes, Barreira, & Pires, 2001). Na versão original (Kincannon, 1968, citado por Streiner, Woodward, Goodman, & McLean, 1973) a capacidade deste conjunto de itens para prever os resultados na escala padrão de notas brutas do MMPI, sofreu, estimativamente apenas uma perda de 9% em fiabilidade e uma perda de 14% no re-teste. Na análise da fidelidade deste instrumento, foram encontrados valores considerados como expressivos e satisfatórios (Butcher, Dahlstrom, Graham, Tellegen & Kaemmer, 1989).

Neste estudo, foi aplicada a versão portuguesa deste inventário, traduzida por Lopes (1985, citado por Galhordas, 2000) e foram somente consideradas as escalas clínicas, de modo a delinear, através da linha de corte (>70), que tipo de traços de personalidade são mais evidentes nos participantes.

Checklist de Psicopatia de Hare, Revista (PCL-R).

A PCL-R é um instrumento desenvolvido e validado por Hare, Hart e Harpur (1991) para medir a psicopatia, destinado a indivíduos acima dos 16 anos, do sexo masculino e que se encontram presos ou em contexto forense. É composto por vinte itens avaliativos de psicopatia onde cada um é classificado entre 0 a 2, perfazendo um total possível para a escala completa, que pode variar entre 0 e 40 pontos. Embora a *checklist* tenha como resultado final uma única dimensão (psicopatia), encontra-se conceptualmente dividida em dois grandes fatores teóricos: um respeitante a traços de personalidade comumente aceites como descritivos clínicos da síndrome (Hare, Hart, & Harpur, 1991), do qual fazem parte a loquacidade, sentido grandioso do valor de si próprio, mentir patológico, estilo manipulativo, ausência de remorsos ou sentimentos de culpa, superficialidade afetiva, frieza/ausência de empatia e o não acatamento de responsabilidade pelas próprias ações; e o segundo relativo a um estilo de vida anti-social (Hare, Hart, & Harpur, 1991), que inclui itens referentes à necessidade de estimulação, estilo de vida parasita, deficiente controlo comportamental, comportamento problemático precoce, ausência de objetivos realistas, impulsividade, irresponsabilidade, delinquência juvenil e revogação de medidas alternativas ou flexibilizadoras da Pena de Prisão. Os itens comportamento sexual promíscuo, relacionamentos conjugais numerosos e de curta duração, e versatilidade criminal, não pertencem a nenhum dos fatores acima descritos pois, ao contrário dos outros itens, que apresentaram um padrão consistente de saturação sempre no mesmo fator, estes não obtiveram saturações superiores a .40 em qualquer dos factores enunciados (Hare, Hart, & Harpur, 1991).

A cotação da PCL-R é realizada através de uma entrevista semiestruturada onde são efectuadas certas questões-chave. Posteriormente, completa-se a informação recolhida com a consulta dos processos institucionais do indivíduo, caso existam. Após a recolha de toda a informação, compete ao investigador cotar os itens da *checklist* com 0, caso o item não se aplique ao sujeito; 1, se se aplica parcialmente ao sujeito; ou 2, caso se aplique totalmente ou quase totalmente ao sujeito. De notar que a cotação deverá ser realizada tendo em vista o funcionamento típico do sujeito e não apenas o seu estado atual, pois a PCL-R avalia traços, e não estados (Hare, Hart, & Harpur, 1991). De seguida, colocam-se as pontuações obtidas numa folha de cotação, obtendo a pontuação final e os resultados obtidos em cada factor. Um

resultado total igual ou superior a 30 pontos, indica existência de psicopatia, entre 20 a 29 pontos, indica psicopatia moderada e abaixo de 20 pontos, não subsiste psicopatia.

As análises de fidelidade das avaliações realizadas nas pontuações totais da PCL-R, evidenciaram uma boa consistência interna do instrumento e reforçaram o seu carácter homogéneo e unidimensional. No que concerne à fidelidade teste-reteste, os valores encontrados permitem equitativamente prever um bom grau de generalização dos resultados obtidos (Hare, 2000).

Para responder aos itens correspondentes ao Fator 1 da PCL-R, as respostas consideradas foram retiradas de perguntas como “quais as suas qualidades e defeitos?”, “com quem se dá socialmente?”, “qual a sua relação com colegas de trabalho e superiores”, “como se relacionava com os seus colegas e professores, na infância?”, etc. Por exemplo, para o item “sentido grandioso de valor de si mesmo”, pontua 2, uma resposta como “defeitos não tenho (...) qualidades, sou uma pessoa excepcional, ninguém tem um dedo a apontar-me, toda a gente gosta de mim (...) os meus colegas ficam sempre cheios de pena quando saio de algum trabalho, já tive pessoas que me vieram dizer que fazia muita falta lá” (sic), pois a resposta aplica-se totalmente ao sujeito a ser avaliado; já uma resposta como “como defeitos, às vezes sou um bocadinho teimoso, mas isso nem sempre é mau e toda a gente é, às vezes faço coisas pelos outros e não penso em mim, o que nem sempre sai bem (...) qualidades, sou amigo do meu amigo, sou simpático, trabalhador” (sic), pontua 1, isto é, aplica-se parcialmente ao sujeito; e uma resposta como “como defeitos, sou preguiçoso, falta-me método de trabalho, às vezes sei que sou chato (...) qualidades, acho que faço bem o meu trabalho, dei sempre o que pude aos meus filhos” (sic), pontua 0 pois o item não se aplica ao sujeito.

Para o Fator 2, as respostas tidas em consideração, foram as respeitantes às brincadeiras e liderança nas brincadeiras de infância; percurso criminal, medidas aplicadas e cumprimento das suas penas; planos para o futuro, entre outros. Por exemplo, para o item “comportamento problemático precoce”, uma resposta como “desde os 16 anos que trafico droga” (sic), pontua 2; uma resposta como “quando era pequeno, às vezes tinha de roubar (...) era mais comida e roupa que estava estendida” (sic), pontua 1, pois há uma necessidade primária subjacente ao comportamento ilícito e não foi referido, neste caso, outro tipo de comportamentos criminais na infância. Deste modo, o item aplica-se parcialmente ao sujeito. Já uma resposta como “nunca tive qualquer problema com a justiça”, pontua 0 na escala de Hare.

Por fim, de modo a averiguar se existe ou não comportamento sexual promíscuo e relações conjugais numerosas, foi tido em conta o parágrafo respeitante à “matriz amorosa”.

Para avaliar o item “comportamento sexual promíscuo”, foram tidas em conta perguntas como “com que idade inicio o seu comportamento sexual?”, “usufrui de relações casuais? Se sim, muitas vezes?”, sendo que respostas como “quando quero vou às meninas” (sic), ou “a relação mais longa que tive não foi amorosa (...) foi quando fui de Erasmus durante um ano e ia todos os fins de semana para orgias” (sic) pontuam 2; respostas como “de vez em quando tenho *one night stands* (...) mas só mesmo de vez em quando, quando preciso” (sic), pontuam 1 e respostas como “sou casado e nunca fui infiel à minha mulher” (sic), pontuam 0. Para avaliar o item “relações conjugais amorosas”, considerou-se as respostas de perguntas como, “quantas namoradas teve?”, “quantas vezes foi casado?”, onde respostas como, “eu era muito namoradeiro depois parece que passou para o casamento (...) casei-me 3 vezes” (sic), pontuam 2; “tive 2 namoradas de quem gostei a sério (...) agora é só relacionamentos de curta duração” (sic), pontuam 1 e respostas como “tive 2 namoradas a sério (...) estou casado há 15 anos” (sic), pontuam 0. De modo a avaliar o item “versatilidade criminal”, recorreu-se à rubrica “Antecedentes Criminais” e a perguntas como “quantos crimes já cometeu?”, “qual a duração da pena dos mesmos?”, “se fosse hoje, voltaria a fazer o mesmo?”, onde respostas como “já estive preso por tráfico de drogas, sequestro, tentativa de homicídio e roubo” (sic), pontuam 2; “tive várias vezes preso por furto de bens (...) precisava de roupa” (sic), pontuam 1; e “nunca estive preso” (sic), pontuam 0.

Escala de gravidade criminal.

Perante a carência de instrumentos aferidos e validados para a população portuguesa referentes à avaliação do grau de gravidade criminal, foi criada uma escala para o efeito. Desta forma, os diferentes tipos de crime existentes nesta amostra (*i.e.*, homicídio; violência doméstica; abuso sexual; roubo; tráfico de estupefacientes; burla e furto; ofensa à integridade física) foram sujeitos a uma ordenação de gravidade por uma comissão de seis juízes independentes (dois psicólogos; um professor; um estudante; um advogado; um técnico de saúde). O processo de codificação apresentou bons índices de concordância inter-juízes (Índice de fidelidade = N°. de acordos / Total de ordenações), apresentando um valor médio de 78%. A escala final obtida apresenta a seguinte ordenação, sendo a cotação 0 referente ao crime considerado menos grave e a 7 ao crime considerado mais grave: nenhum (0); ofensa à integridade física (1); burla e furto (2); tráfico de estupefacientes (3); roubo (4); violência doméstica (5); abuso sexual (6); homicídio (7). A categorização menos consensual verificou-se na tipologia tráfico de estupefacientes (índice de fidelidade: 33%), enquanto que as

tipologias homicídio, abuso sexual e violência doméstica apresentaram uma concordância total entre juízes (100%).

Análise das Experiências Traumáticas na Infância.

Para os abusos e negligência na infância, analisaram-se as diferentes rúbricas da entrevista, em especial a rúbrica respeitante à infância e vivência com os progenitores, cuidadores e pares. Através de perguntas como “descreva o seu ambiente familiar”, “descreva o seu pai/mãe/cuidador”, “a que tipo de castigos foi submetido durante a infância e que tipo de comportamentos suscitavam tais castigos?”, “descreva o ambiente escolar e relação entre colegas e professores”, conseguimos respostas diretas sobre se houve, ou não, algum tipo de abuso ou negligência. Por norma, os sujeitos são espontâneos e quando existe, de facto, algum tipo de experiência traumática na infância, é imediatamente notório e dito, através de respostas como “o meu pai costumava bater-me (...) era com cinto, chinelo, mão (...) ele passava-se com pouca coisa, às vezes chegava vir maldisposto que era logo” (sic); “fui abusado sexualmente por três professores” (sic); “eu não gostava de ir para a escola (...) tinha a sensação que toda a gente estava sempre a olhar para mim (...) às vezes batiam-me” (sic). Contudo, se durante a entrevista subsiste alguma dúvida sobre esse tipo de experiências, são realizadas perguntas mais diretas, como “existiam agressões no seu seio familiar?”, “foi abusado sexualmente?”, “foi vítima de bullying na escola?”, entre outras.

Procedimento

A amostra foi recolhida de forma heurística e teve origem intencional. O n inicial da amostra foi definido após a leitura de processos institucionais e respectivos relatórios psicológicos, disponibilizados pela Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. Foi selecionado este estabelecimento pois não só é responsável pela realização de inúmeras perícias psicológicas e psiquiátricas nos vários âmbitos do direito, fornecendo deste modo uma excelente base de dados que abrange toda a variedade de crimes e psicopatologias, como é responsável pela preservação das mesmas. Primeiramente procedeu-se à consulta dos processos individuais dos sujeitos de modo a ser feita a seleção da amostra. A seleção e inclusão dos participantes no estudo foram orientadas por critérios que possibilitassem que todos os instrumentos de avaliação usados pudessem ser administrados: a) idade superior a 16 anos e b) sexo masculino. Seguidamente, procedeu-se à leitura integral das entrevistas e respectivos Mini-Mult's, retirando a informação necessária para o

preenchimento dos dados e instrumento em falta. Com a informação retirada da entrevista, procedeu-se à análise de existência de abusos e negligência na infância e à cotação da PCL-R.

O tratamento e a análise dos dados foram efetuados com recurso ao software de análise estatística SPSS (V18), onde se realizaram análises de *Chi-Square*, *T-Test*, de Mediação através de Regressão Linear e de Moderação através de ANOVA (Baron & Kenny, 1986).

Resultados

Estatística descritiva das variáveis em estudo

Os dados relativos à estatística descritiva das variáveis em estudo apresentam-se na Tabela 1.

Tabela 1

Estatística Descritiva das Variáveis em Estudo

	M	DP	Mo	Mi	Min	Máx
Psicopatia						
Índice geral	16.43	826	21	17	2	36
Traços de personalidade						
Hipocondria	61.63	12.42	48	59	42	93
Depressão	63.80	17.07	48	61	37	109
Histeria	67.16	11.93	61	63	44	96
Desvio Psicopático	69.11	11.44	71	71	44	104
Paranóia	66.52	13.47	53	67	44	97
Psicastenia	61.01	14.36	58	58	34	100
Esquizofrenia	73.74	16.38	63	72	47	113
Mania	52.85	10.35	44	52	34	74
Gravidade criminal						
Índice geral	4.71	2.34	7	6	0	7

Nota: Mo: Moda; Mi: Mediana

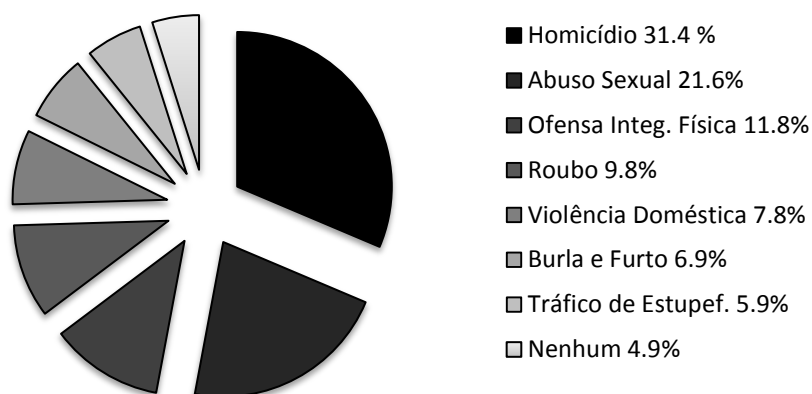
N=102

Estes resultados revelam que as pontuações médias obtidas nos traços de personalidade foram, na generalidade, abaixo da linha de corte (>70), à exceção do traço “Esquizofrenia”.

No que concerne à psicopatia avaliada pela PCL-R, em média, os participantes não pontuaram suficientemente alto para serem considerados psicopatas ou moderadamente psicopatas (n = 64; 62.4%). A percentagem de psicopatas encontrados na amostra (37.3%, n = 38, Tabela 2) foi diminuta, apesar de neste estudo terem sido considerados como “psicopatas” todos os sujeitos que pontuaram acima de 20 na PCL-R, dos quais 30 pontuaram entre 20 e 29 na PCL-R (29.4%) e 8 pontuaram mais do que 30 (7.8%).

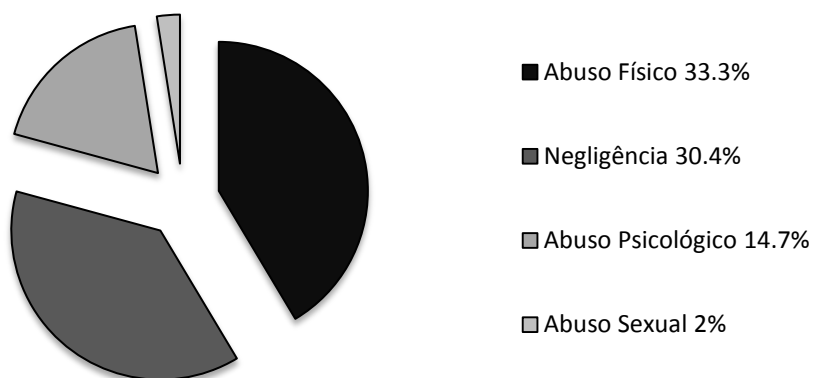
Analisando a gravidade criminal (Tabela 1), o nível médio de gravidade dos crimes cometidos situa-se entre 4 e 5. Ainda assim, a análise da distribuição de frequências (Gráfico 1) evidencia que a maioria dos crimes cometidos configuram situações consideradas muito graves, nomeadamente homicídios (31.4%) e abuso sexual (21.6%).

Figura 1. Percentagem de Crimes Cometidos e Tipologia dos Mesmos



Por sua vez, quanto à caracterização das experiências traumáticas vividas pelos participantes, verifica-se que a maioria experienciou abuso físico (33.3%) e negligência (30.4%) na infância (Gráfico 2).

Figura 2. Percentagem de Ocorrência de Experiências Traumáticas



Estatística correlacional das variáveis em estudo

Os dados relativos à estatística correlacional das variáveis em estudo apresentam-se na Tabela 2.

Tabela 2

Estatística Correlacional das Variáveis em Estudo

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Psicopatía (Índice Geral)	1								
2. Hipocondria	.045								
3. Depressão	.083	.778**							
4. Histeria	.090	.855**	.765**						
5. Desvio Psicopático	.147	.505**	.660**	.677**					
6. Paranóia	.044	.494**	.572**	.490**	.332**				
7. Psicastenia	-.004	.631**	.803**	.666**	.648**	.700**			
8. Esquizofrenia	.136	.578**	.736**	.623**	.652**	.756**	.865**		
9. Mania	.240*	.470**	.633**	.434**	.369**	.498**	.528**	.681**	
10. Gravidade criminal	.026	.208*	.224*	.194	.054	.166	.219*	.147	.084

* p<.05; ** p<.001

A correlação entre o índice geral de psicopatía avaliado pela PCL-R, apresenta-se como significativa fraca e positiva, somente com o traço de personalidade “Mania” ($r = .240$, $p < .05$). Por sua vez, a medida de gravidade criminal encontra-se associada de forma significativa e positiva com os traços de personalidade de “Hipocondria”, “Depressão” e “Psicastenia”. As medidas de traços de personalidade apresentaram-se sempre correlacionadas de forma positiva e significativa entre si.

Tipo de crime cometido, tipo de abuso sofrido e traços de personalidade

Esta análise pretende averiguar se o tipo de crime cometido é variável em função do tipo de abuso a que o participante foi sujeito, em função dos traços de personalidade desenvolvidos pelo mesmo. Hipotetiza-se que a vivência de diferentes tipos abusos e o desenvolvimento de diferentes traços de personalidade, originam diferenças no tipo de crime cometido. Deste modo, relacionou-se primeiramente, o tipo de experiências traumáticas (abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico/emocional e negligência) com o tipo de crime cometido (homicídio; abuso sexual; violência doméstica; roubo; tráfico de estupefacientes; burla e furto; e ofensa à integridade física) através de uma análise de *Chi-Square*; seguidamente, relacionou-se o tipo de experiências traumáticas com a perpetuação de um crime com ou sem violência, utilizando de igual modo, uma análise de *Chi-Square*; por último, e através de uma análise *T-test*, relacionaram-se os diferentes traços de personalidade com a perpetuação de um crime com ou sem violência.

De acordo com a Tabela 3, apenas se verificou uma distribuição desigual ($\chi^2(7) = 14.065$; $p = .050$) na distribuição dos sujeitos que foram negligenciados na infância, em função

de terem ou não cometido os crimes de Roubo ou Tráfico de Estupefacientes¹. Os resultados indicam que a vivência deste tipo de experiência traumática se associa a uma maior incidência de crimes de Roubo (60%) e Tráfico de Estupefacientes (66.7%) na idade adulta, quando comparados com vivências de outro tipo de experiência traumática.

Tabela 3

Percentagens de Casos de Experiências Traumáticas na Infância, por Tipo de Crime Cometido

Crime cometido	Abuso			Negligência
	Físico	Psicológico	Sexual	
Nenhum				
Sim	0.0	20	0.0	0.0
Não	7.4	80	100	100
Homicídio				
Sim	38.2	15.6	3.1	18.8
Não	27.9	84.4	96.9	81.3
Abuso Sexual				
Sim	11.8	18.2	4.5	22.7
Não	26.5	81.8	95.5	77.3
Violência doméstica				
Sim	2.9	12.5	0.0	25
Não	10.3	87.5	100	75
Roubo				
Sim	14.7	20	0.0	60
Não	7.4	80	100	40*
Tráfico de estupefacientes				
Sim	8.8	16.7	0.0	66.7
Não	4.4	83.3	100	33.3*
Burla e furto				
Sim	8.8	14.3	0.0	42.9
Não	5.9	85.7	100	57.1
Ofensa à integridade física				
Sim	14.7	0.0	0.0	51.7
Não	10.3	100	100	58.3

Nota: * p<.05; ** p<.001

A distribuição dos participantes em função de terem sido sujeitos a abuso infantil ou negligência, e de terem ou não cometido crimes com ou sem violência está apresentada na

¹ A identificação das distribuições a que se refere o nível de significância foi obtida através da análise dos valores dos “Adjusted Residuals” (Agresti, 2002).

Tabela 4. Não existem diferenças significativas na distribuição entre o tipo de abuso e/ou negligência experienciado na infância e a existência ou não de violência nos crimes perpetrados na idade adulta.

Tabela 4
Percentagem de Experiências Traumáticas Vivenciadas na Infância

Crime cometido	Abuso			Negligência
	Físico	Psicológico	Sexual	
Com violência				
Sim	67.6	16.9	2.8	26.8
Não	70.6	83.1	97.2	73.2
Sem violência				
Sim	32.4	9.7	0.0	38.7
Não	29.4	90.3	100	61.3

Na Tabela 5 estão apresentadas as médias endossadas para cada traço de personalidade, em função do sujeito ter praticado crime com ou sem violência.

Tabela 5
Traços de Personalidade e Presença de Crimes Com e Sem Violência

Traços Personalidade	Crimes com violência	Crimes sem violência
	M (DP)	M (DP)
Hipocondria	62.37 (13.09)	59.94 (10.74)
Depressão	65.61 (18.77)	59.68 (11.56)
Histeria	68.27 (12.81)	64.65 (9.30)
Desvio Psicopático	69.68 (12.15)	67.81 (9.66)
Paranóia	67.97 (13.99)	63.23 (11.72)
Psicastenia	62.97 (15.43)	56.55 (10.42)
Esquizofrenia	75.39 (17.42)	69.97 (13.21)
Mania	53.24 (10.72)	51.97 (9.55)

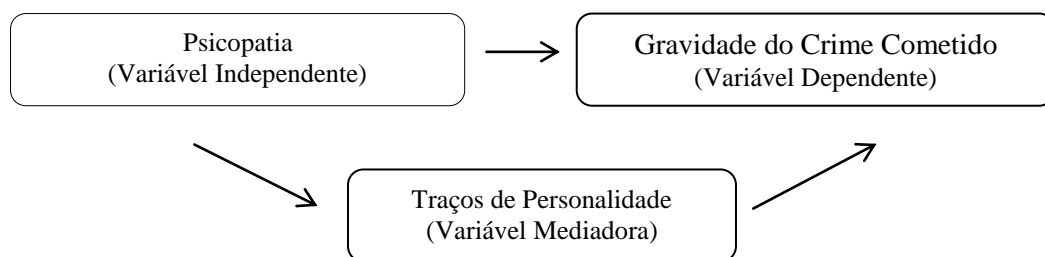
Verificam-se diferenças significativas na acentuação do traço “Psicastenia” ($t(82.54)=2.453$, $p=.016$), bem como efeitos marginalmente significativos nos traços “Depressão” ($t(88.53)=1.95$, $p=.055$); e “Esquizofrenia” ($t(74.45)=1.73$, $p=.089$) em pessoas

que praticam crimes com ou sem violência. As pessoas que praticam crimes com violência apresentam valores médios nestes traços de personalidade mais elevados do que as pessoas que praticam crimes sem violência. O mesmo se verificou para os restantes traços de personalidade, embora nestes casos a diferença não tenha sido significativa

Psicopatia, gravidade do crime cometido e traços de personalidade

Tendo em conta o enquadramento teórico, na presente análise pretende-se explorar o papel dos traços de personalidade na explicação da relação entre a Psicopatia e a Gravidade do Crime cometido. Desta forma, assumimos como hipótese que os Traços de Personalidade poderão funcionar como um mecanismo pelo qual a Psicopatia influencia a Gravidade dos Crimes Cometidos, tal como representado no modelo teórico da Figura 3.

Figura 3. Modelo teórico de análise do papel mediador dos Traços de Personalidade na relação entre Psicopatia e Gravidade do Crime Cometido



Para testar este modelo, procedemos em primeiro lugar à realização de uma Regressão Linear Simples², a fim de verificar o efeito da psicopatia (variável independente) nos traços de personalidade (variável mediadora). Posteriormente, para verificar o efeito da psicopatia na gravidade do crime cometido (variável dependente), e se esta relação é mediada pelos traços de personalidade, realizámos uma Regressão Linear em blocos². Note-se que foram realizadas análises e modelos independentes para cada um dos traços de personalidade (Hipocondria;

² A Regressão Linear Simples e a Regressão Linear em Blocos foram realizadas de acordo com os fundamentos e procedimentos teórico-práticos de Baron e Kenny (1986) e Maroco (2007) – Consultar ainda, Cohenm et al (2003), Hayes (2013), Hoyle e Kenny (1999), (MacKinnon, Fairchild, & Fritz, 2007). - Sublinhe-se que, nesta análise, a variável Psicopatia foi operacionalizada através de um escala quantitativa de 0-40 pontos, em que as pontuações de 0-19 se classificam como “ausência de psicopatia”, de 20-29 se classifica como “psicopatia moderada” e de 30-40 pontos como “presença de psicopatia”. Por sua vez, os Traços de Personalidade são operacionalizados numa escala de 0-200, sendo 70 o ponto de corte entre a normalidade e a psicopatologia. A Gravidade do Crime Cometido foi operacionalizada numa escala de 8 pontos, sendo 0 o crime menos grave e 8 o crime mais grave.

Depressão; Histeria; Desvio Psicopático; Paranóia; Psicastenia; Esquizofrenia e Mania), a fim de ser possível explorar o papel isolado de cada um no modelo.

Quanto à primeira análise, verifica-se que a psicopatia apenas exerce efeito significativo sobre o traço de personalidade “Mania” ($Beta=.240$, $p=.015$; $F(1)=6.117$, $p=.015$). No que respeita à segunda análise, a Regressão Linear em blocos, demonstra que não se verifica qualquer efeito significativo da psicopatia sobre a gravidade do crime cometido. Os presentes resultados evidenciam a inexistência de um papel mediador dos traços de personalidade, ou seja, estes não atuam como um mecanismo explicativo da influência da psicopatia no nível de gravidade do crime cometido, uma vez que esta relação não se verifica (Tabela 6). Por sua vez, apesar dos modelos testados não revelarem ser significativos, verificam-se efeitos *per se* dos traços de personalidade sobre a gravidade do crime, nomeadamente nos traços “Hipocondria” ($Beta=.207$; $p=.038$), “Depressão” ($Beta=.223$; $p=.25$) e “Psicastenia” ($Beta=.219$; $p=.027$), bem como um efeito marginal no traço “Histeria” ($Beta=.193$; $p=.54$).

Tabela 6

Análise do Papel dos Traços de Personalidade na Relação entre Psicopatia e Gravidade Criminal

Bloco	Variáveis independentes	Beta	R ² Adj.	F
1.	Psicopatia	.026		
2.	Psicopatia	.016		
	Hipocondria	.207*	.024	2.253
2.	Psicopatia	.007		
	Depressão	.223*	.031	2.607
2.	Psicopatia	.008		
	Histeria	.193***	.018	1.904
2.	Psicopatia	.018		
	Desvio Psicopático	.052	-.017	.162
2.	Psicopatia	.018		
	Paranóia	.165	.008	1.42
2.	Psicopatia	.026		
	Psicastenia	.219*	.030	2.54
2.	Psicopatia	.006		
	Esquizofrenia	.146	.002	1.095
2.	Psicopatia	.006		
	Mania	.082	-.013	.352

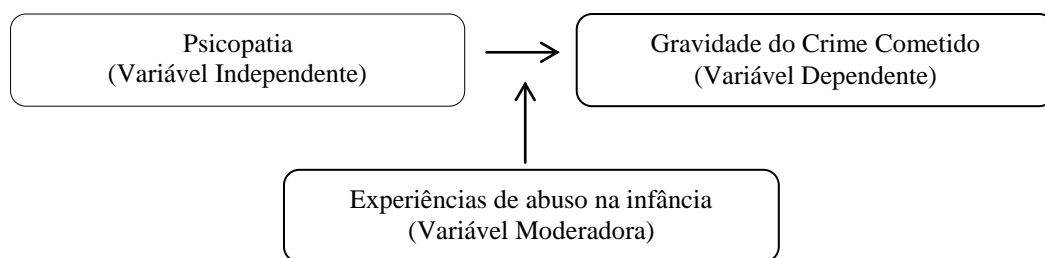
Nota: Variável dependente = gravidade do crime cometido

* $p<0.050$ ** $p<0.001$ *** p marginal

Psicopatia, gravidade do crime cometido e experiências traumáticas na infância

Considerando o enquadramento teórico, e na sequência da análise anterior, pretende-se explorar o papel das experiências traumáticas vividas na infância na explicação da relação entre a psicopatia e a gravidade do crime cometido. Desta forma, assume-se como hipótese que a relação entre psicopatia e a gravidade do crime cometido poderá variar em função do tipo de experiências traumáticas vividas na infância, podendo estas funcionar como um elemento de risco ou proteção, tal como representado no modelo teórico da Figura 4.

Figura 4. Modelo teórico de análise do papel moderador dos abusos na infância na relação entre psicopatia e gravidade do crime cometido



Para testar este modelo, procedeu-se a uma análise de moderação, via ANOVA³, a fim de verificar o efeito da psicopatia (variável independente) na gravidade do crime cometido (variável dependente), em função das experiências traumáticas vividas na infância (variável moderadora). Note-se que foram realizadas análises e modelos independentes para cada um dos tipos de experiências traumáticas vividas na infância (abuso físico; abuso sexual; abuso psicológico/emocional; negligência), a fim de ser possível explorar o papel isolado de cada um no modelo. Na Tabela 7, apresentam-se os valores médios da gravidade dos crimes cometidos, distribuídos em função da presença/ausência de psicopatia, bem como do tipo de experiência traumática vivida na infância.

³ A ANOVA (Efeitos Between Subjects) foi realizada de acordo com os fundamentos e procedimentos teórico-práticos de Baron e Kenny (1986) e Maroco (2007). – Consultar ainda, (Kraemer, Stice, Kazdin, Offord, & Kupfer, 2001), (Edwards & Lambert 2007), (Aguinis, Beaty, Boik, & Pierce, 2005) e (Aiken & West, 1991). - Sublinhe-se que, nesta análise, a Psicopatia foi operacionalizada através de uma escala dicotômica categorial, sendo que a presença de Psicopatia (sim) corresponde a pontuações acima de 25 pontos e a ausência (não) a pontuações abaixo de 25. Por sua vez, cada tipo de Experiências Traumáticas na Infância (abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico e negligência) foi igualmente operacionalizado numa escala dicotômica categorial (sim/não). A Gravidade do Crime Cometido foi operacionalizada numa escala ordinal de 8 pontos, sendo 0 o crime menos grave e 8 o crime mais grave.

Tabela 7

Análise do Papel das Experiências Traumáticas na Infância na Relação entre Psicopatia e Gravidade Criminal

	Sim	Não	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Abuso Físico			
Sim	4.80 (2.12)	4.63 (2.48)	4.71 (2.32)
Não	4.39 (2.56)	4.87 (2.30)	4.71 (2.38)
Total	4.55 (2.38)	4.80 (2.34)	4.71 (2.35)
Abuso Psicológico			
Sim	5.00 (2.50)	5.33 (1.63)	5.13 (2.13)
Não	4.41 (2.37)	4.74 (2.40)	4.63 (2.38)
Total	4.55 (2.38)	4.80 (2.34)	4.71 (2.35)
Abuso Sexual			
Sim	6.00	7.00	6.50 (0.71)
Não	4.51 (2.40)	4.76 (2.34)	4.67 (2.35)
Total	4.55 (2.38)	4.80 (2.34)	4.71 (2.34)
Negligência			
Sim	4.82 (1.83)	3.80 (2.24)	4.16 (2.13)
Não	4.44 (2.59)	5.25 (2.26)	4.94 (2.41)
Total	4.55 (2.38)	4.80 (2.38)	4.71 (2.34)

Nota: Variável dependente – Gravidade do crime cometido; Variável independente – Psicopatia; Variáveis moderadoras – Abuso na infância

* $p < 0.05$; ** $p < 0.001$

A análise revela que não existem efeitos diretos significativos entre as variáveis principais - psicopatia e a gravidade do crime cometido - bem como nenhum efeito de interação (efeito moderador) das experiências traumáticas nessa relação. Assim, de acordo com os resultados obtidos, não é possível concluir que a relação entre psicopatia e gravidade do crime cometido varie em função das experiências traumáticas vividas na infância.

Discussão

Embora a definição e a avaliação dos abusos e negligência na infância seja tema de grande debate na comunidade científica, verifica-se uma falha na investigação no que diz respeito à avaliação da gravidade e tipo de crimes cometidos por quem sofreu estas experiências traumáticas na infância. De modo a colmatar essa lacuna, este estudo teve como objectivo explorar a forma como a experiência de abuso infantil e/ou negligência pode refletir-se em traços de personalidade específicos e comportamento criminal na idade adulta. Em concreto, objetivou-se averiguar se o tipo de crime cometido é variável em função do tipo de abuso a que o participante foi sujeito, considerando também, eventuais diferenças ao nível dos traços de personalidade e níveis de psicopatia apresentados por participantes submetidos ou não a experiências traumáticas na infância.

A vivência de experiências traumáticas na infância - nomeadamente abusos físicos, psicológicos/emocionais, sexuais e negligência – poderá representar um fator de grande impacto na formação do *self*, trazendo consigo várias consequências, que aparentam ser mais negativas quanto mais traumático e frequente for o abuso e/ou negligência e quanto mais próxima for a relação emocional entre a vítima e o agressor (Rodrigo & Palacios, 1998). Estudos revelam que os diferentes tipos de experiências traumáticas contribuem para o desenvolvimento de certos traços e perturbações de personalidade, sendo uma das causas de vários comportamentos desviantes (Simcock, 2000; Widom, et al, 2001; Carrol-Lind, 2006; Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009).

A literatura encontrada defende que as crianças submetidas a experiências traumáticas na infância apresentam maior probabilidade de exibir comportamentos delinquentes na idade adulta (Widom, et al, 2001). Após as análises realizadas, concluiu-se que as pessoas que foram negligenciadas na infância, têm uma maior incidência de crimes de roubo e tráfico de estupefacientes na idade adulta, quando comparadas com pessoas que não foram negligenciadas na infância (tendo sofrido ou não qualquer tipo de abuso), e que não existem diferenças significativas entre o tipo de experiência traumática vivida na infância e a existência ou não de violência nos crimes perpetrados na idade adulta. Assim, das variáveis associadas às experiências traumáticas consideradas neste estudo, apenas a negligência parece associar-se a uma maior probabilidade da prática de comportamentos delinquentes posteriores. Sendo a negligência marcada por uma falha essencial dos pais no desenvolvimento das crianças, que pode implicar muitas vezes, por parte dos progenitores, um estilo de vida criminoso, a criança irá repetir os valores que lhe foram incutidos, repetindo o padrão de vida das figuras de referência (Widom, et al, 2001).

É de extrema importância ter em consideração o modo como a criança experimenta o impacto das experiências traumáticas e não as circunstâncias *per se* (James, 2005, citado por Carroll-Lind, 2006), pois estas podem ser percebidas de modo diferente por diferentes pessoas, tendo em consideração, por exemplo, a existência de outros factores ou contextos protetores. O facto de esta amostra ter um maior número de vítimas de negligência e de abuso físico, poderá ser igualmente explicado por esta interpretação da experiência em si, podendo existir indivíduos que exacerbaram, por exemplo, os castigos a que foram sujeitos, de modo a dar a entender terem sido vítimas de abuso físico ou de negligência. A personalidade é o reflexo do prisma genético, psicológico e social de cada um, e como tal, nascemos com uma predisposição diferente para o desenvolvimento de certos traços de personalidade. Essa predisposição, notória mesmo em irmãos gémeos, poderá ser concretizada, exacerbada ou até mesmo diminuída, conforme a vivência e interpretação de certas experiências.

Como foi tida em conta a experiência objectiva de cada sujeito e não a experiência subjetiva, o facto de nos resultados não se evidenciar nenhum efeito entre as experiências traumáticas vividas na infância e a gravidade do crime cometido, poderá ser explicado devido às diferentes percepções que diferentes pessoas podem ter sobre o mesmo acontecimento. Deduz-se que, do mesmo modo que os ambientes exacerbam déficits biológicos (Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009), o facto de cada sujeito perceber de modo diferente a mesma situação de abuso e/ou negligência, poderá também constituir uma forte explicação para o tipo de crime perpetrado.

Neste estudo, foi notória a conformidade entre os traços “Depressão”, “Psicastenia” e “Esquizofrenia” com a prática de crimes violentos. Deve-se ter em conta que a depressão é uma patologia psicossomática, cujos sintomas influenciam drasticamente a qualidade de vida e o quotidiano dos indivíduos, a nível emocional e por vezes, também mental. Uma pontuação alta nesta escala poderá concernir a sentimentos de desvalorização ou de culpa, dificuldade para pensar ou tomar decisões, e até pensamentos recorrentes sobre a morte (Quintella, 2010). Tais pensamentos, ao contrário do que se possa pensar, nem sempre são direccionados para o *self* (suicídio), uma vez que se crê que 16 a 28% dos assassinos, estão deprimidos quando cometem um crime (Bénézech e Bourgeois, 1992). Rosenbaum e Bennett (1986) referem que o crime cometido por indivíduos com traços depressivos costuma estar relacionado com casos de infidelidade real ou fantasiada, remetendo-nos para crimes passionais, bem como para crimes cometidos por ciúme ou inveja. Em todos eles, encontra-se uma forte componente de baixa autoestima - típica na patologia da Depressão - na pessoa que perpetua os crimes, aumentando deste modo a sua frustração e diminuindo o seu controlo impulsivo (Esteves &

Galvan, 2006). Muitas vezes não se reconhece o estado depressivo do criminoso porque tal não foi considerado e porque muitas vezes após o crime ser cometido, os traços depressivos “desaparecem” (Anderson, Cesur, & Tekin, 2012)

A escala de “Psicastenia” é uma escala vulnerável a oscilações que tem como base pensamentos obsessivos, de autodesvalorização e de baixa autoconfiança, relacionados com estados de ansiedade (Hathaway e McKinley, 1983). Tais características quando acentuadas são, tal como vimos na depressão, factores de risco para a perpetuação de crimes.

No que concerne ao traço “Esquizofrenia”, e uma vez que este traço de personalidade foi, também, o único cuja média se encontrou acima da linha de corte ($T > 70$), podemos estar perante muitos casos de personalidade com uma estrutura psicótica e não limite, como seria favorável para o objetivo desta investigação. Sujeitos com uma estrutura psicótica, em fase de descompensação, são pessoas muito violentas que podem cometer todo o tipo de crimes (Bergeret, 1991). Contudo, apesar da sua agressividade e desse comportamento delituoso, não pontuam alto na psicopatia, devido à sua estrutura base de personalidade. De notar igualmente, que neste estudo não foram avaliadas outras psicopatologias que não a psicopatia. Assim, a relação encontrada entre a gravidade do crime e os traços “Depressão”, “Psicastenia” e “Esquizofrenia”, pode ser justificada com outros tipos de perturbação presentes e não avaliados, uma vez que estes traços apresentam características vigorantes para que tal aconteça, especialmente em fase de descompensação (Bergeret, 1991; Esteves & Galvan, 2006; Hathaway e McKinley, 1983).

Em média, neste estudo, foi evidenciada uma gravidade criminal baixa, apesar dos crimes mais comuns serem crimes graves, como o homicídio e abuso sexual. Tal evidência poderá ter advindo do facto de existir uma grande percentagem de pequenos crimes e uma baixa percentagem de psicopatas, que poderão estar associados a crimes mais graves. Esta percentagem baixa de psicopatas encontra-se pois, embora possamos denotar uma personalidade antissocial em todos os psicopatas, nem todos aqueles que possuem uma personalidade antissocial são psicopatas (Soeiro & Gonçalves, 2010). Sujeitos caracterizados como psicopatas, são também muito inteligentes e astutos (Hare, Hart, & Harpur, 1991)

, o que faz com que consigam arranjar meios de não serem apanhados pelo Sistema Judicial. No caso do psicopata “bem-sucedido” acaba por ser ainda mais difícil a reclusão, uma vez que são, por norma, pessoas conhecidas e com algum poder, muitas vezes políticos, conseguindo manipular mais facilmente a sua entrada no Sistema Judicial (Pozueco Romero, Romero Guillena, & Casas Barquero, 2011). Uma vez que a amostra foi recolhida junto a sujeitos com um historial criminal, a maioria dos psicopatas poderá ter sido excluída *à priori*.

Analisada a relação entre a presença de psicopatia e a gravidade do crime cometido, bem como o possível efeito preditivo dos traços de personalidade nesta afinidade, reparou-se que, apesar de ter sido constatada uma relação entre o traço “Mania” e a psicopatia, não houve conformidade entre a psicopatia e a gravidade do crime, nem nenhum papel preditivo dos traços de personalidade; potencialmente devido ao raciocínio acima explicado. Porém, verificaram-se efeitos *per se* dos traços de personalidade sobre a gravidade do crime, nomeadamente nos traços “Hipocondria”, “Depressão” e “Psicastenia”, bem como um efeito marginal no traço “Histeria”. O efeito dos traços “Depressão” e “Psicastenia” na gravidade do crime cometido, corrobora os resultados obtidos nas análises anteriores, já os traços “Hipocondria” e “Histeria”, poderão aumentar a gravidade do crime pois são escalas que embora evidenciem sintomas somáticos, têm tendência a aparecer em situações de stress (Hathaway e McKinley, 1983), podendo levar também a um fraco controlo dos impulsos.

Relativamente à relação constatada entre o traço “Mania” e a psicopatia, é de mencionar que as pessoas maníacas têm uma necessidade exacerbada de se manterem em movimento, uma vez que, para elas, se pararem, o risco de sentir algo doloroso é muito grande (McWilliams, 1994). Embora o psicopata não se preocupe com quaisquer consequências, tem também uma grande necessidade de movimentação, isto é, uma constante necessidade de estimulação, justificando assim a sua participação em atividades de alto risco, como crimes (Morana, Stone, & Abdalla-Filho, 2006).

Quanto ao resultado das experiências traumáticas na infância e a sua influência na relação entre a psicopatia e a gravidade do crime cometido, concluiu-se que não existe qualquer efeito entre as três variáveis. Este resultado, apesar de ir contra o novo Ciclo de Violência de Widom (2001), que nos diz que violência gera violência, pode ter sido obtido, novamente, devido a um número reduzido de psicopatas, bem como a existência de um número díspar no tipo de abusos sofridos (i.e. abuso físico, 34; abuso sexual, 2) e no tipo de crimes cometidos (i.e. homicídios, 32; tráfico de estupefacientes, 6). Similarmente, nem todos os tipos de crime foram tidos em conta pois não se obteve amostra suficiente para tal. Estas limitações devem ser consideradas no presente trabalho, e vistas como uma cautela na interpretação dos resultados obtidos. Deste modo, a validade do Ciclo de Violência de Widom (2001) e do Modelo Catalyst de Ferguson (2008), poderá encontrar-se preservada, defendendo tal-qualmente que independentemente da propensão para certos traços de personalidade e psicopatologias com que se nasça, são as experiências que cada um vivencia que moldam o nosso comportamento. Assim, a premissa de que a diferença entre o psicopata “perigoso” e o “bem sucedido” reside na vivência, ou não, de experiências traumáticas, não é

posta de lado, sendo necessário verificá-la novamente com uma amostra maior e mais diversificada.

Dadas as limitações associadas a este trabalho, nomeadamente ao nível da constituição da amostra, sugere-se uma replicação deste estudo, onde possa haver um maior controlo da amostra recolhida, nomeadamente arranjando uma amostra equilibrada em todas as suas variáveis, isto é, uma amostra que tenha o mesmo número de indivíduos que sofreram cada tipo de abuso e que cometeram cada tipo de crime. É também de ter em conta, uma amostra com um maior número de psicopatas, incluindo também, de preferência, a população feminina. Para que tal seja possível, sugere-se igualmente a validação para Portugal, de um teste que avalie a presença de psicopatia em mulheres.

A título de conclusão, considera-se ter respondido adequadamente aos objectivos propostos e ter contribuído para o estudo dos efeitos dos abusos e negligência na infância, na idade adulta. Apesar de não se terem obtido resultados concordantes com todas as hipóteses propostas, sendo que nem sempre os resultados foram de encontro ao que era esperado, acredita-se ter contribuído para a minimização de lacunas identificadas na literatura e ter incentivado a continuação da investigação nesta área, nomeadamente ao sugerir preliminarmente que existem características de personalidade associadas tanto à psicopatia como ao crime cometido.

Referências Bibliográficas

Agresti, A. (2002). *Categorical Data Analysis*. (2ª Ed.). New York: Wiley.

Aguinis, H., Beaty, J. C., Boik, R. J., & Pierce, C. A. (2005). Effect size and power in assessing moderating effects of categorical variables using multiple regression: a 30-year review. *The Journal of Applied Psychology*, 90(1), 94–107. doi:10.1037/0021-9010.90.1.94

Aiken, L. S., & West, S. G. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. Newbury Park, CA: Sage.

Allport, G. W. (1966). *Personalidade padrões e desenvolvimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Anderson, D. M., Cesur, R., & Tekin, E. (2012). *Youth Depression and Future Criminal Behavior* (No. 18656). Cambridge. Retrieved from <http://www.nber.org/papers/w18656>

Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51(6), 1173–82.

- Bergeret, Jean. (1991). *Personalidade normal e patológica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Block, J. (1993). *Studying personality the long way*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Butcher, J. N., Dahlstrom, W. G., Graham, J. R., Tellegen, A., & Kaemmer, B. (1989). *The Minnesota Multiphasic Personality Inventory-2 (MMPI-2): Manual for administration and scoring*. Minneapolis. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Braz, L. M. S. (2011). Configuração dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade em Estudantes de Psicologia. In *XIX Seminário de Iniciação Científica da UFG - PIBIC*. Goiânia: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
- Carroll-Lind, J. (2006). *Children's perceptions of violence: the nature, extent, and impact of their experiences* (Doctoral dissertation). Massey University, Hokowhitu Campus, Palmerston North, New Zealand. Retrieved from <http://tur-ds-mro2.massey.ac.nz:8080/xmlui/handle/10179/1469>
- Código Penal (4ª Edição). (2010). Porto: Porto Editora.
- Cohen, J., P. Cohen, S. West, & L. Aiken (2003). *Applied Multiple Regression/Correlation. Analysis for the Behavioral Sciences* (3ª ed.). Mahawh: Laurence Erlbaum.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1988). From catalog to classification: Murray's needs and the five-factor model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(2), 258–265. doi:10.1037/0022-3514.55.2.258
- Davoglio, T. R., Gauer, G. J. C., Jaeger, J. V. H., Tolotti, M. D. (2012). *Personalidade e psicopatia: implicações diagnósticas na infância e adolescência*. Rio Grande do Sul: Universidade Católica.
- Edwards, J. R., & Lambert, L. S. (2007). Methods for integrating moderation and mediation: a general analytical framework using moderated path analysis. *Psychological Methods*, 12(1), 1–22. doi:10.1037/1082-989X.12.1.1
- Esteves, F. C., & Galvan, A. L. (2006). Depressão numa contextualização contemporânea. *Aletheia*, (24), 127–135.
- Ferguson, C. J. (2008). An Evolutionary Approach to Understanding Violent Antisocial Behavior: Diagnostic Implications for a Dual-Process Etiology. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 8(4), 321–343. doi:10.1080/15228930802199168
- Fiorelli, J. O., & Mangini, R. R. (2010). *Psicologia Jurídica*. São Paulo: Atlas.
- Galhordas, J. A. (2000). *O adolescente que faz uma tentativa de suicídio e o seu processo de autonomia*. Lisboa: Insituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Hathaway, S. R., & McKinley, J. C. (1983). *Minnesota Multiphasic Personality Inventory: Manual for administration and scoring*. Minneapolis: University of Minnesota Press

- Hare, R. D., Hart, S. D., & Harpur, T. J. (1991). Psychopathy and the DSM-IV criteria for antisocial personality disorder. *Journal of Abnormal Psychology, 100*, 391–398. doi:10.1037/0021-843X.100.3.391
- Hare, R. D. (1970). *Psychopathy: Theory and research*. New York: Wiley
- Hayes, A. F. (2013). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. New York: Guilford Press.
- Holmes, R., & Holmes, S. (2009). *Profiling Violent Crimes: An Investigative Tool*. (4^a Ed). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hoyle, R. H., & Kenny, D. A. (1999). *Statistical power and tests of mediation. Statistical strategies for small sample research*. Newbury Park: Sage.
- Iria, C. E., & Barbosa, F. (2008). *Psicopatas criminosos e não criminosos: Uma abordagem neuropsicológica*. Porto, Livpsic.
- Jaffe, P. G., Hurley, D. J., & Wolfe, D. (1990). Children's observations of violence: I. Critical issues in child development and intervention planning. *Canadian Journal of Psychiatry. Revue Canadienne de Psychiatrie, 35*(6), 466–70. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2207980>
- Kernberg, O. (1998). *Psychopathy: antisocial, criminal, and violent behavior*. New York: Guilford.
- Kraemer, H. C., Stice, E., Kazdin, A., Offord, D., & Kupfer, D. (2001). How Do Risk Factors Work Together? Mediators, Moderators, and Independent, Overlapping, and Proxy Risk Factors. *American Journal of Psychiatry, 158*(6), 848–856. doi:10.1176/appi.ajp.158.6.848
- Lopes, P., Barreira, D. P., & Pires, A. M. (2001). Tentativa de suicídio na adolescência: avaliação do efeito de género na depressão e personalidade. *Psicologia, Saúde & Doenças, 2*(1), 47–57.
- MacKinnon, D. P., Fairchild, A. J., & Fritz, M. S. (2007). Mediation analysis. *Annual Review of Psychology, 58*, 593–614. doi:10.1146/annurev.psych.58.110405.085542
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística: com a utilização do SPSS*. (3rd ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- McWilliams, Nancy. (2004) *Diagnóstico psicanálitico*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Mendes, D. D., Mari, J. de J., Singer, M., Barros, G. M., & Mello, A. F. (2009). Estudo de revisão dos fatores biológicos, sociais e ambientais associados com o comportamento agressivo. *Revista Brasileira de Psiquiatria, 31*, S77–S85. doi:10.1590/S1516-44462009000600006
- Morana, H. C. P., Stone, M. H., & Abdalla-Filho, E. (2006). Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. *Revista Brasileira de Psiquiatria, 28*, s74–s79. doi:10.1590/S1516-44462006000600005

- Nunnelley, J. C., & Fields, T. (1999). Anger, dismay, guilt, anxiety: The realities and roles of reporting child abuse. *Young Children*, 54(5), 74-80.
- Nunes, C. S. (2000). *A construção de um instrumento de medida para o fator Neuroticismo/estabilidade emocional dentro do modelo de personalidade dos cinco grandes fatores*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
- Nunes, L. M. (2009). Crime - psicopatia, sociopatia e personalidade anti-social. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, 152-161.
- Rodrigo, M. J. & Palacios, (1998). *Malos tratos a los niños en la familia. Familia y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- Pereda, N., Jiménez-Padilla, R., & Gallardo-Pujol, D. (2011). Personality disorders in child sexual abuse victims. *Actas Españolas de Psiquiatría*, 39(2), 131-9.
- Pozueco Romero, J. M., Romero Guillena, S. L., & Casas Barquero, N. (2011). Psicopatía, violencia y criminalidad: un análisis psicológico-forense, psiquiátrico-legal y criminológico (Parte I). *Cuadernos de Medicina Forense*, 17(3), 123-136. doi:10.4321/S1135-76062011000300004
- Pozueco Romero, J. M., Romero Guillena, S. L., & Casas Barquero, N. (2011). Psicopatía, violencia y criminalidad: un análisis psicológico-forense, psiquiátrico-legal y criminológico (Parte II). *Cuadernos de Medicina Forense*, 17(4), 175-192. doi:10.4321/S1135-76062011000400002
- Rosenbaum, M., & Bennett, B. (1986). Homicide and depression. *The American Journal of Psychiatry*, 143(3), 367-70.
- Schultz, D. P & Schultz, S. E. (2002). *Teorias da Personalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Silva, I. B., & Nakano, T. de C. (2011). Modelo dos cinco grandes fatores da personalidade: análise de pesquisas. *Avaliação Psicológica*, 10(1), 51-62.
- Simcock, A. (2000). *Safe not sorry: A handbook for selecting suitable people to work with children*. Hamilton: The Institute for Child Protection Studies.
- Sisto, F. F., & Oliveira, A. F. de. (2007). Traços de personalidade e agressividade: um estudo de evidência de validade. *Psic: Revista Da Vetor Editora*, 8(1), 89-99.
- Soeiro, C., & Gonçalves, R. A. (2010). O estado de arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 28(1), 227-240.
- Streiner, D. L., Woodward, C. A., Goodman, J. T., McLean, A. (1973). Comparisons of the MMPI and Mini-Mult. *Canadian Journal of Behavioural Sciences*, 5(1), 76-82.
- Widom, C. S., Maxfield, M. G. (2001) An update on the "Cycle of violence". *National Institute of Justice . Research in brief. U.S.*, 1-8

ANEXOS

Anexo 1 – Entrevista

1º Momento

Identificação

Nome _____

Filiação _____

Data de Nascimento _____ Idade _____

Naturalidade _____ Nacionalidade _____

Estado Civil _____

Habilitações Literárias _____ Profissão _____

Situação Atual _____

Antecedentes Pessoais

Psicomotricidade (marcos etários no aparecimento da marcha e fala, enurese, encoprese, onicofagia) _____

Como era enquanto criança (descrição) _____

Sono (conservado/perturbado) _____

Caracterização do núcleo familiar (idade e profissão dos pais quando nasceu, número de irmãos e idades, quem vivia lá em casa) _____

Dinâmica familiar (ambiente familiar, relacionamento entre membros individuais da família, vínculos afetivos, conflitos interpessoais, quem assegurava cuidados básicos e quem assumia papel mais preponderante no plano educacional, quem era mais afectuoso, principal figura de identificação, como era a mãe e o pai, relacionamento entre irmãos, rivalidades, eventuais discrepâncias na interação dos seus pais consigo e

com os seus irmãos, eventuais castigos, incluindo tipos, quem infligia e comportamentos que os desencadeavam) _____

Brincadeiras (individuais ou em grupo, tipos, eventual papel de liderança assumido no seio grupal), primeiras amizades e relacionamento com pares (e.g., popularidade social, papel assumido no grupo) _____

Puberdade (como lidou com as transformações do corpo, desenvolvimento psicosssexual) _____

Relacionamento interpessoal enquanto adolescente (ajustamento ou isolamento social, grupo de pares, atividades conjuntas, papel assumido no grupo, conflitos interpessoais, padrões precoces de assertividade, impulsividade, agressividade, passividade, ansiedade, comportamento antissocial, crueldade com animais)

Escolaridade (idade em que iniciou a escola, grau de escolaridade atingido, estabelecimentos de ensino frequentados, adaptação, comportamento, aproveitamento, dificuldades sentidas, relacionamento com colegas e professores, motivo do abandono dos estudos em caso disso) _____

Matriz laboral (primeiro emprego, que idade tinha na altura, empregos subsequentes, assiduidade, desempenho, grau de satisfação, motivo de saída dos diversos empregos,

emprego atual, relacionamento com pares, subordinados e superiores hierárquicos ao longo do percurso laboral) _____

Matriz afectiva (relacionamentos amorosos com significado afectivo, que idade tinha na altura, quanto tempo duraram, atividades conjuntas, atividade sexual, aspectos positivos e negativos associados a cada um deles, motivo e reação à rutura)

Melhores e piores momentos vividos _____

Qualidades e defeitos que reconhece em si mesmo _____

Antecedentes Clínicos

Patologias médicas e/ou psíquicas (manifestações, intensidade, persistência, repercussões)

Acidentes (implicações, processo de recuperação) _____

Internamentos (motivos, duração) _____

Cirurgias _____

Consumos (medicamentosos, alcoólicos, tabágicos, tóxicos) (tipo de substâncias, regularidade dos consumos, idade em que se iniciaram, motivação para os consumos, idade em que cessaram, reações adversas) _____

Acompanhamento médico e/ou psicológico (motivos, eventuais benefícios e/ou progressos alcançados) _____

Antecedentes Familiares

Consanguinidade/Não consanguinidade entre os pais _____

Condição geral de saúde dos pais e irmãos (tido como saudáveis/não saudáveis, doenças, etc.) _____

Doenças hereditárias, psiquiátricas ou neurológicas na família _____

Alcoolismo _____

Consumo de drogas _____

Suicídio ou tentativas de suicídio _____

2º Momento

Antecedentes Criminais

Crimes cometidos (tipo, motivação para o sucedido) _____

Medidas/Penas Aplicadas (tipo, duração) _____

Situação Atual

Com quem vive atualmente e como se relacionam entre si _____

Relacionamento amoroso atual (com que idade se iniciou, como se conheceram, atividades conjuntas, caracterização do parceiro, satisfação e regularidade da atividade sexual, aspectos positivos e negativos) _____

Filhos (idades, qualidade da relação, como se descreveria enquanto pai/mãe, impacto do seu nascimento na dinâmica de casal) _____

Rotinas semanais (e.g., a quem competem preferencialmente as tarefas rotineiras)

Emprego atual (grau de satisfação, grau de dificuldade com que desempenha as tarefas) _____

Com quem se relaciona socialmente (longevidade e qualidade dos relacionamentos, interesses partilhados com os amigos, regularidade dos convívios, conflitos interpessoais) _____

Queixas médicas e/ou psíquicas (intensidade, quando surgiram, repercussões no quotidiano) _____

Sono (conservado ou alterado) e apetite (mantido, alterado)

Eventual medicação (efeitos colaterais, adesão terapêutica) _____

Projetos de Futuro

Planos estabelecidos no curto, médio ou longo prazo _____

Adequação aos recursos disponíveis no contexto e realidade atual _____

Motivação _____

Estratégias delineadas na sua implementação _____

Anexo 2 – Mini-Mult

Mini-Mult

NOME: _____
SEXO: _____ IDADE: _____ DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____
DATA DO EXAME: ____/____/____

Nestas folhas encontram-se várias frases. Pedimos-lhe que responda VERDADEIRO ou FALSO a cada uma delas.

Se a sua resposta for VERDADEIRO, faça uma cruz na coluna do VERDADEIRO.

Se a sua resposta for FALSO, faça uma cruz na coluna do FALSO.

Não demore muito tempo entre uma resposta e a seguinte e dê todas as respostas por ordem.

VOLTE A PÁGINA E PODE COMEÇAR

	Verdadeiro	Falso
1. Tenho bom apetite.		
2. Quase sempre acordo bem disposto.		
3. A minha vida de todos os dias está cheia de coisas que me interessam.		
4. Trabalho num estado de grande tensão nervosa.		
5. Às vezes penso em coisas demasiado indecentes para poder falar delas.		
6. Raramente tenho prisão de ventre.		
7. Há alturas em que desejo muito deixar a minha casa.		
8. Algumas vezes tenho crises de riso ou de choro que não consigo impedir.		
9. Sofro de náuseas e vômitos.		
10. Parece que ninguém me compreende.		
11. Às vezes apetece-me praguejar.		
12. Tenho pesadelos quase todas as noites.		
13. Tenho dificuldade em fixar a atenção quando trabalho ou quando estou ocupado.		
14. Tenho passado por coisas muito especiais e esquisitas.		
15. Se os outros tivessem querido, concerteza eu teria mais sorte.		
16. Numa certa altura da minha infância, aconteceu-me roubar pequenas coisas.		

	Verdadeiro	Falso
17. Tenho tido períodos (dias, semanas, meses) durante os quais nada pude fazer bem feito, porque não conseguia tomar atenção a nada.		
18. O meu sono é agitado e incómodo.		
19. Quando estou ao pé doutras pessoas sinto-me contrariado porque ouço coisas esquisitas.		
20. A maior parte das pessoas que me conhecem gostam de mim.		
21. Muitas vezes sou obrigado a receber ordens de pessoas que sabem menos que eu.		
22. Gostava de ser tão feliz como os outros parecem ser.		
23. Acho que muitas pessoas aumentam as suas desgraças só para receberem a simpatia e a ajuda dos outros.		
24. Às vezes fico furioso.		
25. Acho que tenho pouca confiança em mim.		
26. Nunca reparei que os meus músculos estremeçam ou tremam duma maneira incómoda e estranha.		
27. A maior parte das vezes tenho a impressão de que fiz qualquer coisa mal ou desastrada.		
28. Sinto-me quase sempre feliz.		
29. Há pessoas que são tão autoritárias que tenho vontade de fazer o contrário do que elas dizem, mesmo que eu tenha a certeza de que elas têm razão.		

	Verdadeiro	Falso
30. Tenho a impressão de que os outros tentam prejudicar-me.		
31. Acho que todas as pessoas são capazes de usar meios pouco honestos para ganhar qualquer coisa ou qualquer vantagem em vez de perderem.		
32. Tenho muitas vezes problemas com o meu estômago ou com os meus intestinos.		
33. Muitas vezes não percebo porque sou brusco e rabugento.		
34. Às vezes os meus pensamentos andam tão depressa que não consigo contá-los.		
35. Estou convencido de que tenho na minha casa uma vida familiar tão agradável como a maior parte das pessoas que eu conheço.		
36. Às vezes sinto que não sirvo para nada.		
37. Nos últimos anos tenho gozado, geralmente, de boa saúde.		
38. Há alturas em que faço coisas sem saber mais tarde o que fiz realmente.		
39. Acho que muitas vezes tenho sido castigado sem razão.		
40. Nunca me senti tão bem como agora.		
41. Não me importo com o que os outros pensam de mim.		
42. Acho que tenho boa memória.		
43. Para mim é difícil começar uma conversa quando encontro pessoas que não conheço.		

	Verdadeiro	Falso
44. Muitas vezes sinto um estado de fraqueza geral.		
45. Tenho muito poucas vezes dores de cabeça.		
46. Não acho difícil conservar o equilíbrio quando ando.		
47. Não gosto de toda a gente que conheço.		
48. Há pessoas que tentam aproveitar-se das minhas ideias e dos meus pensamentos.		
49. Gostava de não ser envergonhado.		
50. Estou convencido de que os meus pecados não podem ser perdoados.		
51. Preocupo-me muitas vezes com coisas que não são muito importantes.		
52. Os meus pais muitas vezes criticam as pessoas com quem me dou.		
53. Às vezes acontece-me dizer um pouco mal dos outros.		
54. Há momentos em que tenho a impressão de que o meu espírito trabalha melhor do que é costume.		
55. Quase nunca senti palpitações e raramente me falta o fôlego.		
56. Fico furioso com facilidade, mas esqueço-me depressa.		
57. Tenho alturas em que estou tão nervoso que sou incapaz de estar sentado numa cadeira.		
58. Os meus pais e os meus amigos acham que eu tenho mais defeitos do que realmente tenho.		

	Verdadeiro	Falso
59. Ninguém se preocupa com o que pode acontecer aos outros.		
60. Não censuro uma pessoa que se aproveita de outra, se essa outra deixar.		
61. Há alturas em que me sinto cheio de energia.		
62. A minha vista não tem enfraquecido.		
63. Raramente sinto barulhos ou zumbidos nos ouvidos.		
64. Numa ou em várias alturas da minha vida, senti que alguém tentava hipnotizar-me.		
65. Às vezes sinto-me cheio de alegria sem nenhuma razão especial.		
66. Mesmo quando estou ao pé de outras pessoas, sinto-me só a maior parte do tempo.		
67. Julgo que quase toda a gente é capaz de mentir para se livrar de uma situação desagradável.		
68. Sou mais sensível que a maioria das pessoas.		
69. As vezes o meu espírito parece que trabalha mais devagar do que é costume.		
70. As pessoas desiludem-me muitas vezes.		
71. Tenho abusado das bebidas alcoólicas.		

Anexo 3 – PCL-R

PCL-R
 Robert D. Hare, Ph.D.
 Versão portuguesa para investigação (Gonçalves, 1999)

Nome: _____

Cotações possíveis		Itens
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		1. Loquacidade/Encanto Superficial
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		2. Sentido Grandioso do Valor de Si Próprio
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		3. Necessidade de Estimulação
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		4. Mentir Patológico
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		5. Estilo Manipulativo
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		6. Ausência de Remorsos ou de Culpa
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		7. Superficialidade Afectiva
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		8. Insensibilidade / Ausência de Empatia
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		9. Estilo de Vida Parasita
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		10. Deficiente Controlo Comportamental
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		11. Comportamento Sexual Promíscuo
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		12. Comportamento Problemático Precoce
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		13. Ausência de Objectivos Realistas
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		14. Impulsividade
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		15. Irresponsabilidade
0= não; 1= talvez; 2= sim; x = omissio		16. Não Acatamento de Responsabilidades
Até aos 30 anos (0 = 0-1; 1 = 2; 2 = 3 ou +); Mais de 30 anos (0 = 0-2; 1 = 3; 2 = 4 ou +); x = omissio		17. Relacionamentos Conjugais Numerosos
0 = sem ofensas; 1 = simples; 2 = grave; x = omissio		18. Delinquência Juvenil
0 = sem revogações; 1 = simples; 2 = grave; x = omissio		19. Revogação de Medidas
0 = 0-3; 1 = 4-5; 2 = 6 ou mais; x = omissio		20. Versatilidade Criminal
Pontuação total		Não psicopata (< 20) Moderadamente psicopata (20 - 29) Psicopatia (> 30)

